



**CÂMARA MUNICIPAL DE
ANTONIO OLINTO - PR**

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

1. - RELATÓRIO:

O Presidente da Câmara Municipal encaminhou para análise dessa comissão o Projeto de Lei nº 17/2024, de autoria da Mesa Diretora, que:

“Dispõe sobre a alteração nas Leis Municipais n°s 863, de 14 de dezembro de 2017 e 982, de 03 de janeiro de 2023 para reajustar o valor das diárias e auxílio alimentação do Poder Legislativo e dá outras providências.”

O Projeto de Lei foi devidamente encaminhado a Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, consoante determinação do art. 99 *caput* e §3º do Regimento Interno, que exigem desta Comissão a manifestação acerca dos aspectos constitucionais e legais e bem como acerca do mérito da proposição.

É o relatório.

2. - VOTO DO RELATOR:

Denota-se que com o PL em tela busca-se proceder com ao reajuste dos valores relativos a diárias pagas pelo Poder Legislativo nos dias em que há o deslocamento de servidor ou a vereador no interesse da Câmara Municipal à título de indenização de todas as despesas, conforme fixado pela Lei nº 863, de 14 de dezembro de 2017 e alteração posterior realizada pela Lei nº 1.003/2023.

No mesmo norte, busca-se também a atualização dos valores fixados á título de auxílio alimentação pagos aos servidores da Câmara Municipal, fixado pela Lei nº 982, de 03 de janeiro de 2023.

As atualizações terão vigência e efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2025.

A Mesa Diretora aduz em se de justificativa que *“a Câmara Municipal tem realizado enorme economia a cada exercício financeiro e que este ano será ainda maior devido ao regime de desoneração da folha de pagamento, pelo que se projeta uma devolução ao Poder Executivo recorde, de em torno de R\$ 500.000,00.”*

O setor contábil da Câmara Municipal apresentou estimativa de impacto orçamentário e bem ainda foi juntado declaração do ordenador de despesas afirmando que a proposta possui compatibilidade orçamentária e financeira.

Isto posto, passamos a análise dos pressupostos materiais e formais.



CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO - PR

Consoante a melhor exegese do art. 18 da CRFB, aos Municípios fora outorgado a autonomia própria, materializada por sua capacidade de auto-organização, autogoverno, autoadministração e auto legislação.

Para as Câmaras Municipais, a fim de viabilizar o exercício de suas importantes atribuições com a autonomia necessária ao *munus* que lhe é conferido, foram concedidas a autonomia financeira e administrativa, segundo a qual torna obrigatório a consignação de recursos no orçamento municipal a ser destinado a manutenção do seu Poder Legislativo, consoante estabelece o art. 29-A da CF/88.

Como forma de referendar o que foi inicialmente estatuído na Carta da República, a Lei Orgânica Municipal tratou de conceder ao Poder Legislativo local a prerrogativa de organizar seus serviços administrativos, competência que lhe é privativa, conforme insculpido no art. 16, II da LOM, de forma que, portanto, nenhum outro órgão ou entidade pertencente a estrutura do Município pode se imiscuir em sua capacidade de auto-organização.

Com efeito, o art. 16, II da LOM preceitua que é competência da Câmara, privativamente, auto-organizar-se, *in verbis*:

“Art. 16. Compete a Câmara, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições: (...)

II – organizar os seus serviços administrativos;” (...)

Com isto, entende-se que o requisito material para a propositura do Projeto de Lei em tela fora atendido, uma vez que, ao proceder com o reajuste dos valores das diárias pagas pela Câmara Municipal e do auxílio alimentação aos servidores desta, o Poder Legislativo o faz no exercício de sua autonomia administrativa/financeira.

Acerca da competência para iniciativa da reestruturação do Plano de Cargos deste Poder Legislativo, se faz necessária a transcrição do art. 62, inc. I do RI, *in verbis*:

“Art. 62 - Compete à Mesa Diretora da Câmara, privativamente, em colegiado: (...)

XIV - Propor ao Plenário, proposições que fixem ou alterem o valor da diária, para o caso de Vereador ou funcionário em viagem a serviço da Câmara ou da comunidade, para fora do município;”

Nesta toada, entende-se que restam cumpridos os requisitos formais para propositura da matéria em questão, uma vez que respeita a iniciativa privativa do órgão máximo desta Casa de Leis.

Outrossim, verifica-se que o projeto de lei está acompanhado de estimativa de impacto financeiro e bem como de declaração, do Presidente da Câmara, atestando a compatibilidade do presente projeto com a Lei Orçamentária Anual, o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, pelo que obedece ao disposto na LC 101/00 (LRF).



CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO - PR

Por outro lado, a LRF estabelece o seguinte:

Art. 21. É nulo de pleno direito: (Redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

I - o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

a) às exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar e o disposto no inciso XIII do caput do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal; e (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

II - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20; (Redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

III - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

IV - a aprovação, a edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, por Presidente de Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados, de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em concurso público, quando: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

a) resultar em aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo; ou (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) resultar em aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

Como visto, tendo em vista os dispositivos acima destacados, tem-se que a LRF possui trava no sentido de proibir a edição de ato que resulte em aumento de despesa com pessoal em parcelas a serem implementadas após o término do mandato do titular do órgão, de modo que se pode concluir não ser possível o prosseguimento do PL no decurso do atual



**CÂMARA MUNICIPAL DE
ANTONIO OLINTO - PR**

mandato, mesmo que com efeitos financeiros a partir de 01/01/2025, já que a sua aprovação resultaria em aumento de despesas com pessoal com parcelas a serem implementadas em período posterior ao término do mandato, o que tornaria eventual reajuste dos valores do auxílio alimentação nulo de pleno direito.

Porém, no início do próximo mandato, já estando devidamente instruído o processo legislativo, poderá ser oportunizado o regular prosseguimento da tramitação do projeto de lei em tela.

Ademais, toda a estrutura do projeto obedece aos ditames da Lei Complementar nº 95/98.

Assim, tenho que o projeto de Lei em tela, de autoria da Mesa Diretora, reveste-se de boa forma constitucional, legal e de boa técnica legislativa, razão pela qual opino favoravelmente à sua tramitação.

Apesar disso, reservo-me o direito de emanar minha posição quanto ao mérito da proposição, assim entendidas a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, de acordo com o art. 99, §3º do RI, no momento da apreciação em plenário.

3. - PARECER DA COMISSÃO:

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, por unanimidade, vota no sentido de que o PL nº 17/2024, de autoria da Mesa Diretora, está revestido de manifesta constitucionalidade e legalidade e, que, portanto, encontra-se dentro das condições técnicas exigidas pela legislação, estando apto a ser submetido à apreciação do Plenário desta casa de Leis, nos termos do voto do Relator.

Antonio Olinto, 04 de dezembro de 2024.

RICARDO WISNIESKI ALVES
RELATOR

Com o relator:

GILCIANO MOREIRA
PRESIDENTE

MARINALDO SCHIMITH LEMES
MEMBRO